

# Capítulo III

## Contributos para a história do associativismo dos jornalistas

*Contributions to the history of  
journalists' associativism*

**Paulo Martins**

Universidade de Lisboa, Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas,  
Centro de Administração e Políticas Públicas  
pmartins@iscsp.ulisboa.pt

**Resumo:** O objetivo deste capítulo é compreender a evolução do associativismo no campo jornalístico — desde a fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, em 1880, ao golpe militar que em 1974 derubou o regime ditatorial. O exercício permite acompanhar o percurso de entidades com vocações e propósitos diferentes que, sobretudo até à consolidação do Estado Novo, não souberam ultrapassar divergências, em prejuízo dos sócios que representavam e da afirmação dos jornalistas, quer no plano social, quer no plano político. As divisões entre as instituições resultaram predominantemente da configuração do perfil profissional, decisivo para o estabelecimento de critérios de admissão de associados. Porém, outros fatores ajudam a explicar a incapacidade de criarem condições para a convergência, ainda que apenas na ação. A saber: a distância, historicamente enraizada, entre “homens de letras” e profissionais de imprensa e, no interior das redações, entre redatores e repórteres; a oscilação entre as matrizes mutualista e sindicalista; a ausência de bases de entendimento suscetíveis de proporcionarem a aproximação das estruturas regionais de Lisboa e do Porto, que viria a ocorrer em 1934, com a criação do Sindicato Nacional dos Jornalistas, por imposição do Estado.

**Palavras-chave:** história; jornalistas; mutualismo; sindicalismo

**Abstract:** The purpose of this chapter is to understand how associativism evolved within the journalistic field — since the Foundation of the *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*, in 1880, until the military coup, which, in 1974, brought down the dictatorship regime. The exercise allows to follow the trajectory of entities with different missions and purposes, which, mainly until the consolidation of the *Estado Novo*, were not able to overcome divergences, undermining the associates they represented and the affirmation of journalists, either socially or at the political level. The divisions between the institutions resulted mainly from the configuration of the professional profile, decisive to the establishment of criteria to admit associates. However, other facts help to explain their inability to create conditions for convergence, even if only for action purposes. These are the distance, historically rooted, between literary men and press professionals and, within newsrooms, between redactors and reporters; the oscillation between mutualist and trade union matrixes; the absence of understanding basis capable of bringing closer Lisbon and Porto regional structures, which would occur in 1934, with the creation of the *Sindicato Nacional dos Jornalistas*, by State imposition.

**Keywords:** history; journalists; mutualism; trade unionism

## Introdução

Produto da industrialização da imprensa, um lento processo desenvolvido em Portugal a partir da fundação do *Diário de Notícias*, em 1864, o movimento associativo dos jornalistas tardou a consolidar-se, porque disperso por diversas organizações, marcadas por disputas que, no essencial, se inscreveram na delimitação do território profissional, mas são de natureza mais complexa. Compreender esse percurso, dos primórdios — a fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (AJEP), em 1880 — ao golpe de Estado que em 1974 criou condições para a democratização do país, implica cruzar a história de entidades com vocações diferentes, por vezes conflituais, por vezes até concorrenciais.

A identidade profissional dos jornalistas começou a ser configurada num contexto que não lhes era favorável, já que predominava o vínculo a tendências políticas, aceite como natural. O carácter propagandístico da imprensa — com frequência representante oficial de partidos ou, até, de tendências no interior de cada um deles — não concorria para um espírito de

classe ou, sequer, para a emergência de um sentido gregário capaz de servir de fermento a iniciativas associativas. “Mestre manda, marinheiro obedece. Fiz o artigo, que saiu fumegante”: a observação de Alberto Bramão (1899, p. 35) a propósito de um texto que escreveu por determinação do proprietário do jornal *O Reporter* contra Emídio Navarro, contendo acusações que viria a provar-se serem falsas, revela à saciedade a ausência de autonomia funcional da atividade jornalística nos idos de Oitocentos.

Sendo importantes, estes fatores revelam-se, todavia, insuficientes para analisar a evolução do associativismo jornalístico. Como tentaremos demonstrar neste capítulo, outras vertentes têm, forçosamente, de ser convocadas: distintas concepções acerca do modelo institucional e dos objetivos das organizações — entre o socorro mútuo e a defesa das condições laborais — e, posteriormente, do papel social do jornalista; alianças, porventura apenas tácitas, entre jornalistas e escritores; uma hierarquia interna que nos jornais separava redatores de repórteres de rua, tão rígida que perdurou durante anos. E, finalmente, a base regional das organizações, que, por imposição político-administrativa, deixaram de se manifestar sob o Estado Novo, empenhado em tornar o Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) no único representante da classe, para mais eficazmente a controlar.

### **O “nível da imprensa” e os “progressos da literatura”**

A mais remota referência ao associativismo dos jornalistas diz respeito ao associativismo... dos tipógrafos, resultante da proximidade entre as duas profissões, que só desapareceria com a obsolescência da segunda, vergada à evolução tecnológica, muito para lá do limite temporal fixado para a presente análise. Trata-se da primeira greve de tipógrafos, promovida em 1850 em *A Revolução de Setembro*, o jornal-tribuna de Rodrigues Sampaio. Brito Aranha, futuro jornalista, esteve na primeira linha do movimento, onde germinou a Associação Tipográfica Lisbonense. Já então se manifestavam divergências acerca das funções dos organismos de classe, posteriormente marcantes nos de jornalistas, entre os perfis sindicalista e mutualista.

A AJEP, fundada em 10 de junho de 1880, no contexto das comemorações do tricentenário da morte de Camões, traduziu as evidentes afinidades entre os então chamados “escritores públicos” e os homens dos jornais. Muitos dos eleitos para a comissão organizadora da efeméride, como Eduardo Coelho, Magalhães Lima e Jaime Batalha Reis, reuniam a dupla qualidade. Decano dos jornalistas, Rodrigues Sampaio ascendeu à presidência. O lançamento mobilizou representantes de 47 publicações. Em sede estatutária (Valente, 1998, pp. 22-23), a AJEP acolheu os dois mundos: à “obrigação moral de elevar o nível da Imprensa”, associou o propósito de influenciar “os progressos da literatura”. Desejava criar um “cofre de coadjuvação editorial” para obras dos membros e um “fundo especial de socorros pecuniários” e instituir-se como “tribunal de família para trazer os associados a acordos honrosos nas suas

dissidências”, intenção reveladora de que as relações nem sempre eram pacíficas. Significativamente, não se juntaram aos 239 fundadores destacadas personalidades das letras — Eça de Queirós, Oliveira Martins, Camilo Castelo Branco ou Antero de Quental — embora todos colaborassem regularmente nos jornais.

Participaram 1400 alunos (Cunha, 1891, p. 145) em cursos promovidos nos primeiros anos da AJEP, que editou sete números do seu boletim. Uma “representação” dirigida em 1883 à Câmara dos Deputados, sobre a liberdade de imprensa, no âmbito da reforma penal, não disfarçou a escassa atividade, situação que a reforma estatutária promovida em 1885, na presidência de Manuel Pinheiro Chagas, não alterou. É elucidativo o facto de ter sido a Liga das Artes Gráficas de Lisboa a reagir ao decreto de março de 1890 que agravou a punição dos “abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periódica”.

Idênticas dificuldades de afirmação enfrentava a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP), fundada em 13 de outubro de 1882 por 35 pessoas — jornalistas, literatos e publicistas como Henrique Carlos de Miranda, presidente da Direção provisória. Regulada pelo Código Administrativo, não como associação de classe, elegia entre os seus objetivos a defesa da liberdade de expressão, a representação da classe e a ajuda a associados. Admitindo proprietários, redatores, revisores e informadores de jornais, bem como escritores (Gomes, 1925, p. 145), era abrangente. Quando nasceu, a condição dos jornalistas portuenses “pouco divergia do ‘servo da gleba’”, na descrição de Souza Moreira (citado em Gomes, 1925, p. 26). *O Comércio do Porto* foi, à época, o único jornal que “reconheceu quão minguado era o salário” e, “à falta de uma associação de classe, metia os seus empregados da redação, e não sei se todo o pessoal do quadro tipográfico, irmãos da Ordem de S. Francisco, não os deixando morrer na enxerga áspera do abandono”.

Antes do virar do século XIX, a AJHLP criou um fundo de beneficência que, segundo Valente (1998, p. 29), não se conseguiu libertar da dependência de donativos. Em 1889, após a morte súbita do presidente, Gaspar Borges de Avelar, a associação entrou em declínio (Gomes, 1925, pp. 154-155). Em Lisboa, o panorama não era mais animador. À procura de nova dinâmica, a AJEP foi rebatizada de Associação dos Jornalistas de Lisboa (AJL) em 1896. Proclamou-se representante de redatores e “escritores com tirocínio na imprensa periódica”, ainda que essa não fosse a sua ocupação exclusiva. Entre os fundadores constavam figuras como Alfredo da Cunha, Magalhães Lima e Silva Graça.

A filiação da AJL na União das Associações de Imprensa proporcionou contactos internacionais. No período áureo, liderada por Brito Aranha, participou no 5.º Congresso Internacional da Imprensa, que reuniu em 1898, em Lisboa, 343 delegados (44 dos quais portugueses) e aprovou uma proposta de introdução em Portugal do ensino de jornalismo, na esteira de um relatório de Albert Bataille, diretor do *Figaro* (Vargues, 2003, p. 166). A AJL levou a

debate temas relevantes, entre os quais a criação de carteiras de identidade dos jornalistas<sup>1</sup>. O congresso propiciou um momento único de trabalho — se não conjunto, pelo menos sob o mesmo desígnio — da AJL, da AJHLP e da Associação da Imprensa Portuguesa (AIP).

Lançada um ano antes, esta última organização brotou da baixa condição do repórter, sempre “de atalaia, como eterna sentinela”, como descrevia França Borges na viragem do século (1900, p. 8), acrescentando: “E que recompensa, afinal? No presente, a obscuridade, porque o seu trabalho é anónimo, duplicado de uma miséria encoberta, porque o trabalho, sobre ser anónimo, é avaramente pago.” A estratificação profissional no interior das redações, que cavava um fosso entre redatores e repórteres, exprimia-se no terreno associativo.

A presidência da AIP coube a Ludgero Viana, cuja equipa integrava Alberto Bessa, que ao longo da carreira se envolveu em todas as associações profissionais existentes, como fundador ou dirigente. Aos 46 associados iniciais juntaram-se mais 60, até março do ano seguinte (Bessa, 1898, p. 22). A AIP concentrou-se na vertente mutualista, em coerência com a sua matriz: mais democrática, admitia repórteres e, até, informadores. Pessoas que podiam pagar a quota mensal, cujo valor correspondia a pouco mais de metade do exigido pela AJL, mais apostada na “aristocracia da imprensa” (Cunha, 1941, pp. 64-65).

Apesar de os respetivos sócios conviverem nas redações, as duas entidades enredaram-se “num clima de permanente desconfiança mútua, que não favorecia nem uma nem outra” (Martins, 2018, p. 149). Alfredo da Cunha, primeiro presidente da AJL, testemunha-o: “Por um erro de visão, de que não me declaro inocente, as duas associações, em vez de se reputarem congéneres, passaram, embora tacitamente, a considerar-se rivais ou émulas” (Cunha, 1941, p. 65). Nestas condições, a unidade era impossível.

A AJL mais depressa se associava à AJHLP. Em 1906, organizaram uma marcha de jornalistas que culminou na apresentação de um protesto formal na Câmara dos Deputados contra o projeto de Lei de Imprensa de João Franco. Já em 1898 ambas tinham contestado um diploma da mesma natureza. Em nenhum dos casos, evidentemente, as posições foram acolhidas. Ao retomar a denominação original de Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, em 1907, a AJL ainda tentou um novo élan, mas foi definhando. A sua influência era já residual sob a presidência de Magalhães Lima, na década de 1920.

Na génese das divisões entre as entidades em funcionamento no final do século XIX e no início do seguinte terão estado questões ideológicas? A resposta será afirmativa, se se tomar à letra um artigo sobre o insucesso da AJEP publicado em 1892 n’*O Reporter* (citado em Cunha, 1941, p. 56): “Os regeneradores olhavam de soslaio para os republicanos; os progressistas desconfiavam dos regeneradores; e a unidade de ação e de trabalho foi desaparecendo.” Sobreira (2003, p. 63) considera que “os jornalistas portugueses, ao contrário dos franceses,

---

1 *Occidente*, 10-10-1898, p. 229.

não se associaram em volta dos ideais políticos”. Todavia, o agrupamento nas mesmas organizações não impedia que se manifestassem. “As diferenças ideológicas acabavam por ditar dificuldades e provocavam conflitos”, afirma a autora, reconhecendo o impacto de pontos de vista diferentes entre “intelectuais” (políticos, escritores, diplomatas) e profissionais da imprensa sobre os exatos contornos do associativismo.

### **Proletarização conduz a associação de classe**

Não por acaso, a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (ACTIL) foi criada no contexto da primeira greve geral de tipógrafos, promovida em abril de 1904 pela respetiva associação de classe, para exigir salários e condições de trabalho equivalentes entre as oficinas de editoras de livros e as dos jornais. Fundada em junho desse ano, estipulava como critério para admitir sócios apenas o desenvolvimento de atividade profissional na imprensa diária (redator, repórter, informador, fotógrafo, desenhador, revisor), desde que esta representasse a maior parte dos rendimentos de trabalho do candidato a sócio. A fórmula correspondia à intenção de abarcar mais profissionais, dissociando-se da imagem de ligação à elite das associações precedentes. Plataforma institucional de um setor cada vez mais proletarizado, por efeito do processo de industrialização, a ACTIL interveio predominantemente no campo mutualista. Criou de imediato um Cofre de Beneficência e Pensões, suportado por receitas de eventos culturais — e até de tómbolas, cuja proibição, em 1912, a forçou a procurar um sistema de financiamento mais estável.

A organização de uma biblioteca e a defesa de uma escola de jornalismo estiveram desde cedo na agenda da associação, cujo primeiro presidente foi António José Guedes. A ACTIL apresentou reivindicações de carácter estritamente laboral, mas não descurou a defesa da liberdade de imprensa. Quando, em 1916, estando Portugal envolvido na Grande Guerra, foi imposta a censura militar, a ACTIL denunciou os abusos dos censores, que “eliminavam matéria de política partidária e a determinados jornais notícias inofensivas e irrelacionáveis com a guerra”, segundo relatório (citado em Valente, 1998, p. 43).

Diversas profissões da cadeia de produção da imprensa associam-se, pela primeira vez, em 1921, numa greve. Para os jornalistas, trata-se de uma estreia absoluta. A ACTIL já integrava a Federação do Livro e do Jornal, que a convocou tendo como base um caderno reivindicativo onde constavam questões específicas do setor. A paralisação dura de 17 de janeiro a 13 de maio. Durante mais de três meses, patronato e grevistas publicam diários com edições matutinas e vespertinas. De um lado, *O Jornal*, propriedade de 14 jornais. Do outro, *A Imprensa de Lisboa*, “órgão dos trabalhadores dos jornais”, sustentado pelos organismos representativos de jornalistas, tipógrafos e distribuidores. Parte dos lucros obtidos reverte para o Cofre de Beneficência e Pensões da ACTIL, que está a braços com uma vaga de demissões, associadas a divergências políticas.

Recusada por todas as empresas, a reivindicação de aumentos salariais de 100% a 120%, além de outras regalias (Barreto, 1982, p. 205), revela quão maximalista nos propósitos, voluntarista na ação e ingénua na leitura da relação de forças foi a greve, que deixou sequelas no movimento sindical dos tipógrafos e em nada favoreceu os jornalistas. “O maior erro da greve conjunta de 1921 tinha consistido justamente na acoplagem das reivindicações dos jornalistas com a simples exigência dos tipógrafos de aumento generalizado dos salários” (Barreto, 1982, p. 206).

Cunha (1941, p. 74) contabiliza 11 organizações de classe no domínio jornalístico, a maior parte de curta duração, criadas entre 1880 e 1924. Uma das sobreviventes foi a AJHLP, que desde a fase final da Monarquia procurava resistir à desmobilização, materializada em demissões e na redução do número de dirigentes ativos. O relatório da gerência de 1907-1912, apenas assinado por quatro diretores, lança um apelo — “Venham os profissionais de Imprensa, que são os mais interessados em que esta coletividade se desenvolva” — e deixa um remoque: são aqueles “os que se afastam quando os chamam e que não auxiliam quando é preciso, embora por vezes tenham a censura pronta” (citado em Gomes, 1925, pp. 177-178).

A AJHLP assume, em 1918, uma “petição coletiva” subscrita por jornalistas de oito órgãos, apresentada aos diretores dos jornais do Porto, que exige aumentos de remuneração entre 40% e 70%, para os salários mais baixos (Gomes, 1925, p. 163). Após recusa inicial, é concedido um acréscimo de 30% para todos os trabalhadores. Segundo Gomes (1925, p. 180), assiste-se em 1921 na associação a um “novo ressurgimento”, que para os jornalistas se exprime na Carteira de Identidade do Profissional da Imprensa, conquista em que Lisboa toma a dianteira.

Então liderada por José Joaquim de Almeida, a ACTIL atravessa uma fase conturbada. A conversão em Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (SPIL), concretizada em 1924, não reúne consenso. Precipita demissões e conduz à fundação, pelo grupo contestatário, da Casa dos Jornalistas, cuja presidência é assumida por Rocha Júnior. O propósito de criar uma casa de repouso não vinga e aquela entidade acaba por fundir-se com a Caixa de Previdência do SPIL, um processo concluído em 1931.

Na primeira Direção do sindicato, Julião Quintinha lidera a equipa. A Caixa de Previdência toma o lugar do Cofre de Beneficência, legalmente configurada como associação de socorros mútuos, sob alçada sindical, em maio de 1925. Acúrcio Pereira, o primeiro presidente, estreara a carteira de identidade, criada em dezembro de 1924, em substituição do Passe de Imprensa, emitido pela PSP de Lisboa. Velha reivindicação, finalmente concretizada, circunscreve-se inicialmente, todavia, aos profissionais como tal reconhecidos pelo SPIL (aos quais é, entretanto, também concedida licença gratuita para uso e porte de arma). Não é ainda um título profissional, com direitos e deveres associados, mas facilita a circulação no exercício da atividade.

O sindicato da capital emite 266 carteiras logo em 1925 (Valente, 1998, p. 52). Combatido numa “assembleia magna dos jornalistas de Lisboa”, é rapidamente revogado um decreto

que estende a prerrogativa aos associados da Casa dos Jornalistas e da AJEP. No entanto, a carteira acabaria por ser aplicável a todo o país — através de AJHLP, também aos jornalistas portuenses, então cerca de uma centena. Esta associação viria a definir um critério de atribuição apertado: teriam acesso jornalistas assalariados de um jornal, mas com contingentação. Por exemplo, só um repórter e um “redator desportivo” por cada jornal (Gomes, 1925, p. 188).

Salários baixos e ausência de contratos e de lei regulamentadora da profissão: a resposta do SPIL, datada de 31 de maio de 1925, a um “inquérito às condições de vida e de trabalho dos jornalistas” lançado pelo Bureau International du Travail (BIT)<sup>2</sup> traça um retrato degradante da situação. Sobre acidentes de trabalho, esclarece que vigora um decreto “em que os jornalistas têm as mesmas atenções que os operários das outras indústrias”. Nos grandes jornais, são concedidos um dia de descanso semanal, 10 dias de férias anuais para repórteres (informadores), 15 ou 20 dias para os redatores e 30 para redatores-chefes e redatores principais. O então secretário-geral, Jaime Brasil, autor da resposta ao inquérito, sustenta que “os males mais graves são a exiguidade de salários e a necessidade de independência no trabalho”. Por isso, “quase todos os jornalistas têm outro emprego, quer do Estado, quer particular”. Dos cerca de 300 em atividade, “talvez só 30 vivem exclusivamente da profissão”.

Na década de 1920, a diversidade ideológica ainda é uma marca muito forte entre os jornalistas mais ativos no SPIL. Jaime Brasil, de filiação anarquista como Pinto Quartín e Ferreira de Castro, convive sem aparentes conflitos com camaradas do espectro político oposto. Não surpreende, assim, que seja relator do projeto de Contrato de Trabalho Jornalístico de dezembro de 1925, em grande parte elaborado, no plano jurídico, por Homem Cristo (filho) que, sendo simpatizante do fascismo, se inspirou no modelo italiano.

Primeiro documento deste tipo concebido por uma associação da classe jornalística<sup>3</sup>, não chega sequer a ser discutido pela classe. A Direção de 1933 tentaria recuperá-lo, consolidando mesmo uma redação final, mas nessa altura os tempos estavam a mudar. Vocacionado para sócios com vínculo há mais de dois anos a jornais diários, como “profissão única retribuída”, o projeto de contrato contemplava um aumento salarial de 100% e matérias como remunerações mínimas, horários de trabalho, folgas, retribuições suplementares, exclusividade, indemnizações por despedimento e proteção social. Introduzia ainda uma embrionária cláusula de consciência: em casos de mudança de proprietário ou de orientação política de um jornal, o chefe de redação ou o jornalista da área política “não são obrigados a permanecer no exercício das suas funções, devendo receber uma indemnização”.

Sob a Ditadura Nacional, acentua-se o confronto do SPIL com o poder. Logo em 1926, a Direção de Ferreira de Castro dirige um inconsequente protesto contra a censura, em carta

2 Cf. Valente, 1998, pp. 133-140.

3 Cf. Valente, 1998, pp. 141-149.

aberta à Assembleia Nacional (Luckhurst, citada em Valente, 1998, p. 65). Na sequência do envolvimento de jornalistas no frustrado golpe de fevereiro de 1927, a sede é selada — afetando a Caixa de Jornalistas, com quem partilhava o espaço. Esta instituição, que forçou um recuo na medida, não se inibiu de aprovar a concessão do subsídio de desemprego a três jornalistas de *A Batalha* que participaram no movimento, ausentes em parte incerta (Serra & Branco, 2006, p. 44). Um deles era Cristiano Lima, mais tarde presidente da Caixa de Previdência dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

Em 1929, suspenso o SPIL, as instalações são de novo fechadas, durante dois meses. Motivo: um telegrama enviado ao Bureau de la Presse de Moscovo, que as autoridades intercetam, de adesão à revolução soviética, já que aplaude a “grande lição que o povo russo deu a todo o mundo culto, instituindo novas formas sociais e políticas”. Debalde protesta José Carlos Rates, sócio n.º 26. “Não, não podia ter havido o propósito deliberado de sair-se da neutralidade política para se obedecer às sugestões da Terceira Internacional”, assegura (Rates, 1929), alegando que a diversidade de convicções políticas dos dirigentes obriga o SPIL a manter-se neutral. Rates, que fora o primeiro secretário-geral do PCP e se tornaria um fervoroso adepto do Estado Novo, acusa a “parte bárbara da classe” de ter denunciado o conteúdo do ofício.

Por essa altura, a AJHLP está em convulsão, resultante de visões diferentes quanto aos seus propósitos. Já a par da intenção de fundar uma estrutura congénere no Porto, como revela um relatório de 1927 (citado em Valente, 1998, p. 56), o SPIL encetou, sem êxito, sucessivas tentativas de estabelecer pontes. Segundo Sobreira (2003, p. 45), propôs em 1929 a realização de um congresso de “jornalismo nacional”, assente na ideia da “federação das diversas associações de jornalistas”, e, em 1932, mostrou-se favorável a uma “ação sindical homogénea, entre o norte e o sul”.

A AJHLP “assistiu no seu seio a várias lutas entre os sócios que se dedicavam ao jornalismo e os restantes sócios, que se prenderam com as ideias sindicalistas dos jornalistas do Porto” (Sobreira, 2003, p. 39). Joaquim Salgado, membro do grupo favorável à via sindical, descreverá mais tarde esses combates fratricidas: a moção nesse sentido aprovada em 1928; a derrota do “Grupo dos Treze”, constituído por profissionais da imprensa, nas eleições do ano seguinte; a recuperação da tese em 1930 — quando “a guerra, há muito aberta no seio da coletividade, começava a ser incruenta” (Salgado, 1953, p. 185) — numa assembleia-geral (AG) em que o grupo ganhou uma votação, criando embaraços à Direção. Os jornalistas acabariam por tomar o poder interno, mas não se uniram em torno de princípios comuns. Resultado: nem o sindicato avançou, nem a AJHLP foi colocada ao serviço dos seus interesses — saiu, aliás, muito fragilizada do embate entre sócios.

## Sob tutela estatal

O Estado Novo conferirá à estrutura sindical dos jornalistas a dimensão nacional antes inviabilizada por lógicas fechadas de funcionamento. Essa evolução é feita, evidentemente, à custa da autonomia, porque conduzida pelo governo. Trata-se da aplicação dos princípios consagrados no Estatuto do Trabalho Nacional, que “definira orientações ideológicas precisas, estabeleceria normas de funcionamento interno minuciosas e, mais importante, atribuíra ao Estado extensos poderes que, entre 1933 e 1944, outros decretos se encarregarão de alargar” (Patriarca, 1991, p. 23). Os sindicatos convertem-se em “positivos instrumentos políticos do Governo, sem valor absolutamente algum para os trabalhadores”, como assinalava uma moção então aprovada pelo Sindicato dos Ferroviários (citada em Patriarca, 1991, p. 43).

Por não ser associação de classe, a AJHLP ficou fora da malha institucional então criada. Ainda assim, fechou, sendo aberta após inquérito governamental (Sobreira, 2003, p. 45). Teve de mudar de nome, para Casa da Imprensa e do Livro (só em 1949 retomaria a designação original), e de circunscrever a sua intervenção à cultura e à beneficência. Daí que se dedicasse à realização de conferências, ao reforço da biblioteca e a iniciativas como a assistência médica e a organização de colónias de férias para os filhos dos associados. Entre 1952 e 1964, editou a *Gazeta Literária*, que muitas vezes serviu de veículo às posições dos jornalistas. Contudo, segundo relatórios e contas citados por Sobreira (2003, pp. 47-48), a AJHLP foi perdendo sócios: registava 607 em 1954 e apenas 342 em 1971.

Artur Portela é eleito em agosto de 1933 presidente do SPIL, uma das 35 associações de classe de Lisboa que repudiam o decreto instituidor dos sindicatos corporativos, em assembleias-gerais realizadas sob vigilância policial. Na primeira, a 8 de novembro, participam cerca de 70 associados. Em representação da Direção, Belo Redondo, apresenta um parecer sobre o novo regime<sup>4</sup>, que denuncia “o pensamento do Governo, que já tomou todas as posições associativas, como já tomou todas as posições políticas, só permitindo a atividade do grupo partidário a que se apoia”. É recusada a integração “à força” do sindicato no Estado Novo, inibido de eleger livremente os corpos gerentes e de se filiar em organismos internacionais. “Estatutos organizados dentro de tal sistema resultarão num instrumento que anula a nossa vida associativa”, acusa.

A Direção deixa claro que a alternativa a acatar a nova ordem é “continuar com os nossos antigos estatutos, aceitando as consequências desta lógica orientação”. O parecer não chega a ser votado, porque a polícia interrompe a reunião. A 13 de novembro, em AG a que comparece cerca de uma centena de sócios (Valente, 1998, p. 175), é aprovada por unanimidade uma moção de Amadeu José de Freitas defendendo que a entidade continue a reger-se

<sup>4</sup> Transcrito em relatório policial transcrito citado em Valente, 1998, pp. 161-174.

pelos seus estatutos. Belo Redondo lembra que o sindicato está “de relações cortadas” com o governo, gesto simbólico que anunciara em protesto contra a censura prévia.

Consumada a rutura, a Direção sindical decide a 16 de dezembro, em reunião clandestina, entregar todo o património, incluindo registo de sócios, fundos, mobiliário, biblioteca e arquivos, à Caixa de Previdência dos Profissionais de Imprensa de Lisboa (Serra & Branco, 2006, p. 53). Na liderança de uma comissão constituída pelo governo para criar o SNJ, Jorge de Faria assegura a transição. Entre os jornalistas, os protestos são quase totalmente silenciados. Corajosamente contra a corrente, Mário Neves é dos poucos jornalistas que conservam apenas o estatuto de contribuinte obrigatório (as empresas descontam ao salário o valor da quota). Armando Boaventura, por seu lado, comunica por carta (citada em Veríssimo, 2003, p. 45) a António Ferro, então já na liderança do sindicato, que não o integrará.

O facto de ser diretor do Secretariado de Propaganda Nacional não impede Ferro de assumir por duas vezes (logo na fundação, em 1934, e dois anos depois) a presidência do SNJ, embora não seja o mais votado nas eleições internas<sup>5</sup>. Previsivelmente, os primeiros estatutos da organização subordinam a “independência mental” dos profissionais ao “interesse superior da coletividade nacional”<sup>6</sup>. Autorizado a criar institutos privativos de assistência social, o sindicato deve “fazer observar as regras deontológicas da profissão, definidas num código, a aprovar pela Assembleia-Geral e posto em vigor após a sanção do Governo”, o que nunca aconteceu. Compete-lhe, ainda, “organizar e manter o registo profissional dos jornalistas”.

Nestas condições, fica patente “o efetivo controlo da classe por parte dos organismos do Governo, constituindo a assistência social a moeda de troca possível” (Veríssimo, 2003, p. 48) — de todo o modo, enquadrada, a partir de 1935, num sistema público obrigatório, que ao abranger áreas até então situadas na esfera das instituições mutualistas liquidou grande parte delas. A Caixa de Previdência dos Profissionais de Imprensa de Lisboa sobreviveria a muito custo. De 284 inscritos em 1926, passou para 104 em 1954, o que ameaçava a sua sobrevivência (Serra & Branco, 2006, p. 9). Porém, concretizou a 8 de dezembro desse ano, em que adotou oficialmente a designação Casa da Imprensa, uma decisão tomada em contraciclo: a inauguração da nova sede. Artur Portela, que cumpria o oitavo ano na presidência (chegaria aos dez), lançara a ideia em 1935. Tão mal acolhida foi que a Direção da época, presidida por Norberto de Araújo, se demitiu em bloco.

A história da construção do edifício é rocambolesca. Dispondo de uma reserva financeira inferior a um décimo do montante necessário, percebe-se a dimensão do risco. No entanto, “sem consulta coletiva aos associados” (Serra & Branco, 2006, p. 63), Boavida-Portugal, presidente da AG quando o processo foi desencadeado e da Direção em 1954, e dirigentes

5 Atas das assembleias-gerais de 17-12-1934 e 25-1-1936, Arquivo do Sindicato dos Jornalistas (SJ).

6 Estatutos do SNJ, 1934.

como Carlos de Ornelas e Afonso Serra assumiram pessoalmente a responsabilidade financeira. Donativos de empresas jornalísticas e uma participação estatal ajudaram a garantir o êxito do projeto.

Em janeiro de 1937, uma turbulenta assembleia do SNJ marca o afastamento efetivo de António Ferro, comunicado por carta. Nessa reunião, é aprovada uma proposta de Artur Maciel que suscita a ilegalidade da exclusão de sócios por atraso no pagamento de quotas. A Direção interpreta o resultado como um “voto de desconfiança”<sup>7</sup> e procede-se de imediato a eleições. Artur Maciel torna-se presidente. Todavia, só desempenha o cargo entre março e junho. Anulado o sufrágio pelo Tribunal do Trabalho de Lisboa, na sequência de processo movido por Ferreira da Cunha, retoma funções a Direção eleita no ano anterior, liderada por Júlio Caiola, que tomara o lugar de Ferro mantendo os restantes membros do órgão. Jorge de Faria, que sobe a presidente no ato eleitoral repetido por decisão judicial<sup>8</sup>, é reeleito no ano seguinte.

Por razões não conhecidas, sendo provável que se prendam simplesmente com a ausência de candidaturas aos corpos gerentes, o governo impõe em 1939 ao SNJ uma comissão administrativa. Moreira de Almeida lidera-a durante escassos meses, mas assegura a aprovação de novos estatutos, que criam as categorias de sócios efetivos, estagiários e correspondentes. Em dezembro de 1940, Luís Teixeira ascende à presidência da Comissão Administrativa. No seu consulado, de mais de quatro anos, alcançou conquistas de grande significado para a classe jornalística: a adoção de carteira profissional, o estabelecimento de salários mínimos e a criação de Caixa de Reformas dos Jornalistas.

À carteira, único título habilitante para o desempenho profissional, emitido pelo SNJ, podiam ter acesso, ao abrigo do decreto n.º 31119, de 30-1-1941, jornalistas de jornais diários e agências noticiosas nacionais ou estrangeiras, incluindo repórteres-fotográficos, em funções há mais de um ano, de forma “efetiva, permanente e remunerada”. Por entender que o diploma não o impedia, o sindicato decidiu, embora a título provisório, atribuir também carteira a fotojornalistas de publicações ilustradas semanais, mediante parecer de uma comissão constituída pelos seus camaradas de jornais diários<sup>9</sup>.

O despacho de 1943 sobre salários mínimos contemplava as categorias de chefe e subchefe de redação, redator, repórter, repórter-fotográfico, repórter informador e estagiário. Os jornais eram classificados como de “expansão geral”, com três classes, e de “expansão local”. Na classe A dos primeiros, o salário de chefe de redação atingia 3000 escudos e o de estagiário 600<sup>10</sup>.

Quanto ao decreto que em 1943 instituiu a Caixa de Reformas dos Jornalistas, dependente do SNJ — a cuja primeira Direção presidiu João Pereira da Rosa —, determinava que

7 Ata de 30-1-1937, Arquivo do SJ.

8 Ata da assembleia-geral de 27-9-1937, Arquivo do SJ.

9 *Boletim do SNJ*, nº 5, 1942-1945, pp. 116-117.

10 *Boletim do SNJ*, nº 5, 1942-1945, p. 21.

fosse financeiramente suportada por um adicional de 1% aplicado à publicidade paga em jornais diários, modelo que perdurou durante décadas. Em 1968, a entidade mudaria de nome para Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas.

O primeiro projeto de contrato coletivo de trabalho formalmente apresentado pelo SNJ ao governo data de dezembro de 1940. Foi recusado pelo Grémio Nacional da Imprensa Diária, que avançou com um contraprojeto, considerado pelos delegados sindicais de redações de Lisboa “indigno de apreciação, por humilhante”<sup>11</sup>. O sindicato batia-se por princípios como estabilidade na profissão, horário de trabalho, salários mínimos e previdência, mas o patronato não cedeu e as tentativas feitas junto do governo revelaram-se infrutíferas.

A Comissão Administrativa também foi responsável pela apresentação ao Ministério da Educação Nacional, em 1941, de um projeto de curso de formação jornalística, com dois anos de duração, que nunca passou do papel. O plano de estudos proposto<sup>12</sup>, com lista de docentes, previa disciplinas teóricas, entre as quais duas “lições” de Marcelo Caetano, conferências e “exercícios práticos”.

Luís Teixeira demitiu-se em 1943, mas reconsiderou. Em novo ato de posse, a 17 de março de 1943, lembrou ter sido no seu mandato introduzida na Direção a “representação direta dos jornalistas do Porto”<sup>13</sup>. Em breve ocorrerá novo confronto entre o sindicato e o poder político. Por motivos nunca explicados, a Direção de Morais de Carvalho, eleita em fevereiro de 1948, não é homologada pelo governo. Reunida a 30 de maio, lavra em ata uma “declaração de protesto”, em que rejeita a substituição de sócios eleitos por nomeados. No dia seguinte, em nova reunião, afirma-se indisponível para transmitir poderes e toma uma atitude expressiva de revolta: torna a chefe de secretaria do SNJ fiel depositária de “valores, livros e mais papéis”, cujo inventário anexa<sup>14</sup>.

Encabeçada por Alfredo Gândara, que fora o primeiro nome da lista submetida à AG, regressa uma Comissão Administrativa, responsável pela assinatura, em 1951, do primeiro contrato coletivo com o Grémio da Imprensa Diária. Entra em vigor “sem o assentimento e mesmo com a hostilidade da maioria da classe, que preferia a atualização do despacho de 6 de fevereiro de 1946, que por sua vez atualizava o de 1943, sobre ordenados mínimos” (Veríssimo, 2003, p. 76).

A principal mudança introduzida pela revisão dos estatutos do SNJ de 1962 residiu na criação do Conselho Técnico e de Disciplina, que só em 1967 começou a funcionar, porque a eleição dos corpos gerentes cujo mandato findou em 1966 não foi homologada<sup>15</sup>. O órgão,

11 *Boletim do SNJ*, nº 5, 1942-1945, p. 27.

12 *Boletim do SNJ*, nº 1, maio de 1941, pp. 5-19.

13 *Boletim do SNJ*, nº 5, 1942-1945, p. 112.

14 Ata da Direção de 31-5-1958, Arquivo do SJ.

15 *Jornalismo*, nº 4, outubro de 1967, p. 30.

consultivo, só podia “pronunciar-se sobre os processos disciplinares levantados aos sócios, antes de serem submetidos ao julgamento da Direção”<sup>16</sup>, à qual competia a aplicação de sanções, que podiam ir até à demissão. Os novos estatutos fazem uma referência, inédita, a um Código Deontológico, cuja elaboração é remetida para futura oportunidade, que a Ditadura nunca cria. Também não será consumada a intenção de “incluir no projeto de regulamento da carteira profissional, em negociações desde 1964, as normas que substituiriam o tão almejado código deontológico” (Sobreira, 2003, p. 137).

O SNJ assina em 1966 com o Grémio Nacional da Imprensa Diária um contrato coletivo de trabalho (CCT) que incorpora, pela primeira vez, matérias deontológicas, como a incompatibilidade com o exercício da atividade publicitária, e incorpora direitos, deveres e penalizações aos jornalistas, opção mantida em sucessivas revisões do articulado. O 2.º ciclo dos liceus passa a ser a habilitação mínima para acesso à profissão (o contrato de 1971 aumentará o grau de exigência para o 3.º ciclo, atual 11.º ano).

O alargamento do estatuto de jornalista a outros profissionais era preconizado no CCT, o qual, no entanto, não constituía a sede para resolver a questão — na verdade, nem um decreto então publicado, que previa a admissão de jornalistas do Ultramar e de jornais desportivos no sindicato, porque só a revisão do regulamento da carteira poderia consumir a mudança. Como o governo manteve a situação de indefinição, entre 1965 e 1979 o SNJ não emitiu novos títulos profissionais. Permanecia o que Correia e Baptista (2007, p. 300) caracterizam como o “medo de abrir a fronteira”, nunca superado desde a criação do SNJ.

O Clube Nacional da Imprensa Desportiva (atual CNID — Associação dos Jornalistas de Desporto) foi criado — com esse nome, porque o regime não autorizaria as palavras sindicato ou associação — precisamente em 1966, face à urgência de assegurar a posse de passes de livre-trânsito no Mundial de Futebol, em Inglaterra, sem intervenção de entidades patronais. O CNID, que só ganhou existência oficial em 1967, desejava afirmar o subgrupo profissional e assegurar apoio social (até 1968, os jornalistas desportivos tinham de filiar-se na Caixa de Previdência dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos para dele usufruírem). Membro dos primeiros corpos sociais, Aurélio Márcio foi o primeiro a aceder à carteira, graças à ligação ao *Diário Popular*, não ao jornal *A Bola*, cujo quadro também integrava. Fernando Soromenho, primeiro presidente, dá a entender que o próprio SNJ seria relutante à mudança, porque nele “pontificavam certas figuras que consideravam o organismo como coutada sua, ao mesmo tempo que tinham os jornalistas desportivos como gente de baixa condição no exercício profissional”<sup>17</sup>.

16 Estatutos do SNJ de 1962.

17 Ver em <https://www.cnid.pt/category/cnid/historial/>.

## Oposição conquista o SNJ

O número de jornalistas estava em crescimento. Em 1960, o SNJ representava 363; dez anos depois 448<sup>18</sup>, mas o efetivo era superior, se considerados aqueles a quem era ainda vedada a carteira. Segundo o boletim sindical, estavam em 1970 no ativo 979 profissionais, dos quais 498 em diários e agências, 357 em semanários, 92 radiojornalistas e 28 telejornalistas. O levantamento feito por Cabrera (2005, p. 1383), a partir de informação sindical e de uma amostra dos principais jornais, aponta para um universo total de 717 jornalistas na imprensa, em 1974. A evolução resulta, sobretudo, do alargamento dos critérios de acesso à profissão. Quem escrevia em jornais desportivos só teve direito ao título a partir de 1972 e os restantes — de semanários, estações de rádio e televisão — após a Revolução de 1974.

Aproveitando a oportunidade criada pela remoção da exigência de homologação governamental de dirigentes sindicais<sup>19</sup>, é eleita a 23 de fevereiro de 1970 no SNJ uma equipa de oposição ao regime. A lista, liderada pelo católico progressista Silva Costa, integra duas mulheres, as primeiras sindicalistas do setor, ambas como suplentes: Maria Margarida Silva Dias (AG) e Manuela Alves (Direção), que durante o mandato sobe a efetiva. Na tomada de posse do novo presidente, os propósitos de rutura são explicitados. “Esta é a hora de repensar totalmente a função, a responsabilidade, as obrigações e os direitos do profissional da informação em Portugal”, proclama Silva Costa<sup>20</sup>. Invocando a Constituição, afirma sem rodeios: “Ansiamos o fim do pesadelo da Censura.”

A primeira prioridade da nova Direção consiste em tornar efetivo o envolvimento do SNJ na discussão da Lei de Imprensa, cuja aprovação Marcelo Caetano admitira em abril de 1969, salvaguardando que não se traduziria na eliminação imediata da Censura. A gestão de Pereira da Costa fora forçada a abordar o assunto por um grupo de 170 jornalistas, subscritores de um abaixo-assinado de maio desse ano que exigia a convocação de uma AG extraordinária para o discutir (Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971a). Os sócios aprovam a 3 de fevereiro de 1970, em vésperas das eleições, o texto definitivo das “Bases fundamentais de uma Lei de Imprensa” (Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971a, pp. 37-43), que acolhe questões como exclusão da Censura e “autonomia dos jornais perante as forças económicas”, além da criação de conselhos de redação, com competência para eleger a chefia.

A proposta é submetida ao governo em 8 de maio de 1970, duas semanas depois da entrega do projeto dos deputados da “Ala Liberal” Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão na Assembleia Nacional. Apoiado pelo SNJ, o diploma não chega a ser discutido em

18 *Jornalismo*, 2ª série, nº 4, julho-agosto de 1970, p. 27.

19 Decreto-Lei 49058, de 14-6-1969.

20 *Jornalismo*, 2ª série, nº 1, janeiro-fevereiro de 1970, p. 6.

plenário. Em 1971, Silva Costa comunica que votará vencido, com declaração de voto aprovada pela Direção, o parecer da Câmara Corporativa, de que faz parte por inerência do cargo, sobre a Lei de Imprensa, porque “nas soluções nucleares o contraprojeto esclarece no pior sentido a equivocidade da proposta governamental”<sup>21</sup>.

A necessidade de formação universitária — já entre 1968 e 1969 promovera um curso de jornalismo, financiado pelo Estado — leva o SNJ a conceber um projeto de ensino a esse nível (Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1971b). No processo, participam jornalistas que tinham sido formadores na experiência anterior, como José Lechner e João Gomes, primeiro português a graduar-se, pela Escola Superior de Jornalismo de Lille. A proposta, que consagra os graus de bacharel, licenciado e doutor em Ciências da Informação, inclui plano de estudos e de recrutamento de docentes. O ministro da Educação, Veiga Simão, chega a admitir inseri-la na reforma em curso<sup>22</sup>.

Em atas da Direção do SNJ, a primeira alusão às movimentações que conduziram à criação da Intersindical surge a 16 de novembro de 1970. Prende-se com a informação, a prestar à comissão organizadora, sobre as condições em que subscreverá documentos. Posteriormente, aquele órgão pronuncia-se sobre contributos para tomadas de posição conjuntas e, especificamente, sobre o condicionamento de reuniões sindicais. Compulsando correspondência<sup>23</sup>, constata-se que participa pela primeira vez numa reunião das organizações promotoras em 25 de outubro de 1970, subscrevendo um protesto ao ministro das Corporações contra o decreto 492/70, considerado um retrocesso em matéria de contratação coletiva. Quando a malha repressiva aperta, já o SNJ está plenamente envolvido na Intersindical, cujo núcleo fundador oficialmente integra. Juntamente com sindicalistas de outros setores, o seu representante, António dos Santos, seria detido pela Direção-Geral de Segurança em agosto de 1971, sob a acusação de prática de “atividades subversivas” (Barreto, 1990, p. 98-99).

O SNJ teve de recorrer em 1971 a um tribunal arbitral para concretizar a revisão do contrato coletivo. O representante do Grémio votou vencido, entre outras, na questão das “comissões de redação”, um instrumento inovador, alegando que só seriam aceites “órgãos de colaboração”, entre trabalhador e empresa<sup>24</sup>. Este contrato fixou um regime de incompatibilidades, para combater a acumulação com outras atividades, e reforçou o já previsto sigilo profissional, ao impedir as empresas de obrigarem os jornalistas a revelar fontes de informação. O substancial aumento remuneratório então alcançado — de 80%, no caso dos repórteres-fotográficos — teria sido reforçado, em 1973, na sequência de renegociação, mas o novo CCT não foi homologado.

21 Ata da Direção nº 59, de 23-6-1971, Arquivo do SJ.

22 *Jornalismo*, 2ª série, nº 4, julho-agosto de 1970, p. 12.

23 Pasta 28 — Intersindical Nacional, Arquivo do SJ.

24 *Jornalismo*, 2ª série, nº 5, setembro-outubro de 1970, p. 24.

A Direção do SNJ, então liderada por Luís de Barros, aprovou em 1973 projetos de Código Deontológico e de Regulamento do Exercício da Profissão. Debatido em duas assembleias-gerais, o código não chegou a ser votado. Os sócios decidiram adiar a análise para “quando deixar de vigorar o exame prévio ou qualquer outra forma de censura”<sup>25</sup>. No último estertor, o regime ainda terá tentado elaborar um Estatuto do Jornalista, sem consultar a organização representativa dos profissionais. Ficou na gaveta, porque o 25 de Abril mudou a página.

## Conclusão

Segundo Rosa Sobreira (2003, p. 65), “ao longo de quase um século, algumas das opções seguidas pelas organizações jornalísticas serviram mais para dividir do que para unir os jornalistas portugueses. As diferentes conceções dos responsáveis pelas múltiplas associações criadas, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, tiveram como resultado uma discussão entre o que era ‘jornalista’ e o que era ‘profissional de imprensa’, dividindo o movimento associativo e promovendo a ideia de que havia jornalistas de primeira e de segunda e, desta forma, enfraquecendo a união necessária”. Sendo ajustada à realidade, esta análise não é suficiente para explicar os fatores que tantas vezes prejudicaram a convergência na ação entre as diversas entidades criadas neste campo profissional.

No confronto, aberto ou dissimulado, entre “homens de letras” e profissionais de imprensa, que forçosamente se cruzavam, mas quase sempre com mútua desconfiança, se inscrevem os mais precoces movimentos de marcação de terreno, em prejuízo de ambos. Ferreira de Castro, que presidiu ao SPIL e à Sociedade Portuguesa de Escritores, movimentava-se bem em ambas as áreas. Já Eça de Queirós olhava com desdém — embora não recusasse colaborar em jornais — os “excelentes rapazes que entram à pressa na redação, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena sobre todas as coisas da Terra e do Céu” (Queirós, 1900, p. 230). Em pleno século XX, o entendimento manteve-se difícil, como demonstra a evolução histórica da AJHLP.

Não podem, por outro lado, ser imputadas em exclusivo ao SNJ responsabilidades pela “divisão entre ‘jornalistas profissionais’ e ‘jornalistas não profissionais’, transformando os primeiros numa elite a que não era fácil aceder e limitando os direitos e regalias dos segundos” (Sobreira, 2003, p. 65), porque o seu quadro de atuação, entre 1934 e 1974, foi definido pela Ditadura, que concedia uma estreita margem de manobra, sem espaço para ousadias. Nem todas as intromissões governamentais ocorridas sob o Estado Novo, porém,

---

25 Ata da assembleia-geral de 26-2-1973.

penalizaram os jornalistas, como resulta da avaliação dos mandatos de Luís Teixeira, à cabeça de comissões administrativas.

Na análise da evolução histórica do associativismo jornalístico não parece correto tomar apenas em consideração a problemática do perfil profissional, cujos contornos foram sendo progressivamente definidos, vencendo resistências, inclusive endógenas. Com efeito, mais disponível para superar divergências ideológicas do que profissionais, a classe revelou evidente incapacidade para adotar modelos institucionais suscetíveis de eliminar outro tipo de divisões.

As distâncias hierárquicas forjadas no interior das redações — como entre redatores e repórteres, que dariam origem à Associação da Imprensa Portuguesa — concorreram tanto para retirar força aos movimentos associativos como a oscilação entre as orientações mutualista e sindicalista, até as águas serem separadas em definitivo. Egoísmos regionais, patentes na ausência de genuína vontade de reunir sob o mesmo teto as organizações de Lisboa e do Porto, também desempenharam o seu papel. Afinal, como vimos, só por imposição do Estado Novo a organização sindical adquiriu âmbito nacional.

## Bibliografia

- Barreto, J. (1982). Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (II). *Análise Social*, XVIII(70), 183-212. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399593QobNTOifoNf24SOo.pdf>
- Barreto, J. (1990). Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano. *Análise Social*, XXV(105-106), 57-117. <https://www.jstor.org/stable/41010791>
- Bessa, A. (1898). *A Associação de Imprensa Portuguesa. Sua fundação e atos da comissão instaladora e da comissão especial de socorros, desde setembro de 1897 a março de 1898*. Imprensa de Libânio da Silva.
- Borges, F. (1900). O repórter no jornalismo. *Almanach do Gabinete dos Reporters para 1900*. Empresa da História de Portugal.
- Bramão, A. (1899). *O jornalismo* [Conferência]. *Associação dos Jornalistas de Lisboa*, Lisboa, Portugal.
- Cabrera, A. (2005). Os jornalistas no marcelismo: transformações da classe entre 1968-74. In *Livro de Atas — 4.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, 1382-1391. Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Caminho.
- Cunha, A. (1891). *Eduardo Coelho — A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo*. Tipografia Universal.
- Cunha, A. (1941, 2 de junho). Jornalismo nacional: das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, (2).
- Gomes, L. F. (compilador) (1925). *Jornalistas do Porto e a sua associação*. Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Lopes, N. (1978). Pequena história sindical — Da rua das Gáveas à rua Duques de Bragança. *Jornalismo*, 4.ª série, n.º 1, julho, pp. 6-8.
- Martins, P. (2018). *O bairro dos jornais*. Quetzal.
- Patriarca, F. (1991). A institucionalização corporativa — das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933). *Análise Social*, XXVI(110), 23-58. <https://www.jstor.org/stable/41010846>
- Queirós, E. (1900). *A correspondência de Fradique Mendes: Memórias e notas*. Livraria Chardron.
- Rates, J. C. (1929). *O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e a neutralidade sindical*. Ind. Gráficas.
- Salgado, J. (1953). Uma fase palpitante da história da associação — Luta dos profissionais da imprensa para a criação dum organismo de classe de estrutura sindical. *Gazeta Literária*, (10-11).
- Serra, A., & Branco, M. (2006). *Casa da Imprensa — 100 anos de história (1905-2005)*. Casa das Letras/Casa da Imprensa.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas. (1971a). *A lei de Imprensa e os jornalistas*. Estampa.
- Sindicato Nacional dos Jornalistas. (1971b). *Projeto de ensino de jornalismo em Portugal*. Sindicato Nacional dos Jornalistas.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses, 1933-1974. Uma profissão em construção*. Livros Horizonte.
- Valente, J. C. (1998). *Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses*. Sindicato dos Jornalistas.
- Vargues, I. N. (2003). A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? *Revista da História das Ideias*, 24, 157-175. [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_24\\_5](https://doi.org/10.14195/2183-8925_24_5)
- Veríssimo, H. (2003). *Os jornalistas nos anos 30-40. Elite do Estado Novo*. MinervaCoimbra.

## Nota biográfica

**Paulo Martins** é jornalista, professor auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e membro do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). A sua principal área de investigação é a ética e deontologia jornalística.

**Ciência ID:** 9411-1B1D-1B50

**ORCID ID:** 0000-0001-6445-8115

**Morada:** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Rua Almerindo Lessa 1300-663 Lisboa, Portugal